



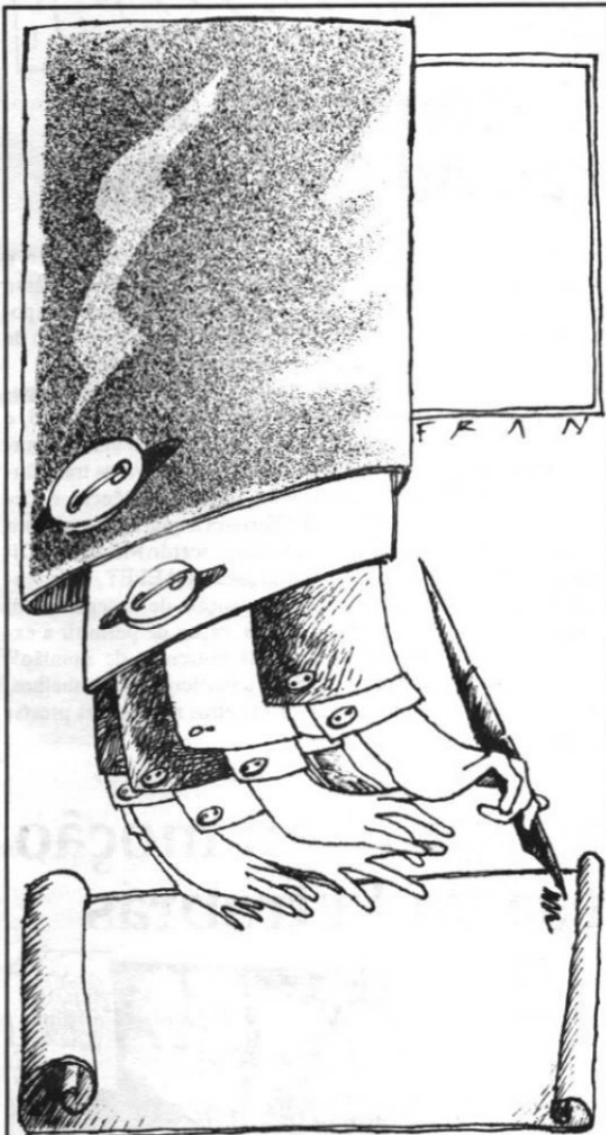
BOLETIM DA

**aepet**

ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS  
DA PETROBRÁS

JANEIRO/92

**EXTRA**



## Frente Parlamentar Nacionalista: manifesto à nação

Lançado no dia 3 de outubro do ano passado, por coincidir com o 38º aniversário da Petrobrás, o manifesto foi assinado por 140 parlamentares de diversos partidos políticos. Trata-se de mais um documento de apoio à Petrobrás e ao monopólio do petróleo.

## A crise do liberalismo no mundo

O aumento da pobreza e o caos na economia da Inglaterra, Estados Unidos, Argentina e Brasil vêm comprovar a crise do liberalismo no mundo. Veja nesta edição os números demonstrativos de que nem sempre a privatização aumenta a eficiência.

## A luta em defesa do monopólio continua com o apoio de parlamentares e entidades da sociedade civil

Os leitores terão, também, a relação das diversas manifestações de solidariedade à luta pela manutenção do monopólio estatal do petróleo.

### Ainda nesta edição:

- *Ernesto Gradella e a situação financeira da Petrobrás*
- *Ex-liquidante da Interbrás causou prejuízo de US\$ 3,217 milhões*
- *A transparência na política de preços para os derivados*
- *Vereadores do RJ repudiam declaração de João Santana*
- *Deputado apresenta emenda em defesa do monopólio*
- *Petrobrás bate nove recorde mundial*



ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS DA PETROBRÁS  
Sede: Rua Senador Dantas, 75/1801  
— Centro CEP: 20031 Tel.:  
220-4774 — Telex: (21) 40167 —  
FAX: (021) 262-9224 — CGC:  
34.131.870/0001-11 — Insc. Munic.:  
428.078-00

DIRETORIA EXECUTIVA  
Diomedes Casario da Silva  
Presidente

CENPES/DIPROM  
Sala: 2130  
Tel. Trab.: 598-6242 598-6234  
Fernando Leite Siqueira  
Vice-Presidente  
DEPRO/DENGE  
Sala: 1005

Tel. Trab.: 534-2550 534-1175  
Alexandre Guilherme de O. Silva  
Diretor de Patrimônio  
SEGEN/DEIND  
Sala: 6º andar

Tel. Trab.: 598-5745  
Hildebrando J.C. Gonçalves  
Vice-Diretor de Patrimônio  
PETROQUÍMICA/PETROPRIO  
Sala: 7º andar  
Tel. Trab.: 242-8081  
Ricardo Moura de A. Maranhão  
Diretor de Comunicações  
SEGEN/DIAGE

Sala: 7º andar  
Tel. Trab.: 598-3760/598-3761  
Felipe Leite e Artunes  
Vice-Diretor de Comunicações  
DETRAN/DENGESEPRO  
Sala: 1206

Tel. Trab.: 534-4851/534-2493  
Heitor Manoel Pereira  
Diretor de Pessoal  
Av. Almirante Barroso, 6 CEP 20031  
Sala: 704.

Tel. Trab.: 220-3837  
Carlos Soligo Camerini  
Vice-Diretor de Pessoal  
CENPES/DIPIOT/SEMEC  
Sala: 15

Tel. Trab.: 598-6526  
Marco Aurelio Latge  
Diretor Cultural  
DEPEX/DIRSUL/SERAB  
Sala: 1301

Tel. Trab.: 534-2079  
Márcia Amaral Estevão dos Santos  
Vice-Diretor Cultural  
CENPES/DIPROD/SECO  
Sala: 465  
Tel. Trab.: 598-6734 598-6730

CONSELHO FISCAL  
Argemiro Perence Neto  
Membro do Conselho Fiscal  
SERPLA/TIDICOMP-I/SECOM-1  
Sala: 659

Tel. Trab.: 534-1711 534-1712  
Edson Luiz Megale Vale  
Membro do Conselho Fiscal  
DEPER/SETEN  
Sala: 1078

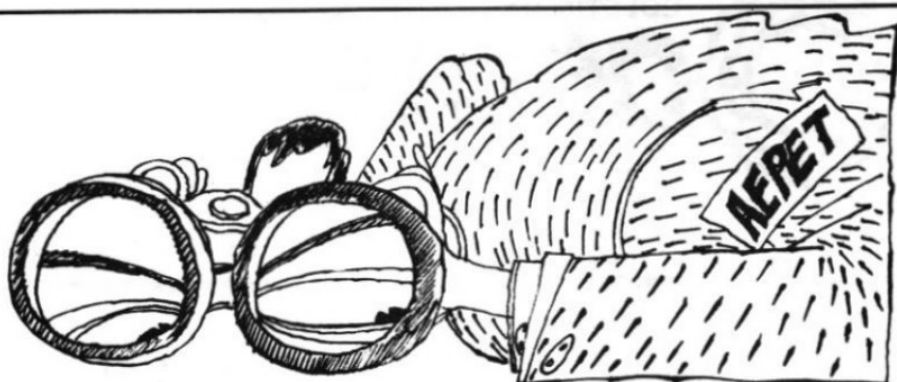
Tel. Trab.: 534-2875 534-2343  
Carlos Augusto D. Brandão  
Membro do Conselho Fiscal  
Av. Rui Barbosa, 636/1004 — CEP  
22250

Tel.: 551-7967  
Rosalina Chedian Pimentel  
Membro do Conselho Fiscal  
SERPLAN  
Sala: 853

Tel. Trab.: 534-2138  
Sydney Reis Santos  
Membro do Conselho Fiscal  
SETINF-PESOP  
Sala: 1604

Tel. Trab.: 534-2757 534-4804  
Hildo Francisco Henz  
Membro do Conselho Fiscal  
DEPIN/DIREP/SECR  
Sala: 2062  
Tel. Trab.: 534-2063

BOLETIM DA AEPET  
Jornalista Responsável  
Ivana Barreto  
FOTOGRAFO  
Luciano Alves  
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:  
Rama Artes Gráficas  
Rua Evaristo da Veiga, 16/s-504  
20031 — Centro — RJ — Tel.: 262-9906



## AEPET acompanhará tramitação do Emendão

Para analisar a proposta de emenda constitucional PEC 56/91, que trata da revogação do monopólio estatal do petróleo, a Câmara dos Deputados criou uma comissão especial cujo presidente é o Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE), sendo relator o Deputado Ney Lopes (Bloco/RN). Ao considerar a decisão do Deputado Maurílio Ferreira Lima, anunciada pela imprensa, de ouvir em audiências públicas presidentes de partidos e lideranças políticas, empresariais e sindicais, a AEPET está enviando informações às pessoas que irão depôr, justificando a necessidade da manutenção integral do monopólio. Estes esclarecimentos já foram endereçados ao Presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, ao Presidente do PDS, Paulo Maluf, e ao Governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e está providenciando o envio dos mesmos às

demaís pessoas que serão ouvidas, como o Governador do Rio, Leonel Brizola, Tasso Jereissati, Presidente do PSDB, Hugo Napoleão (PFL), o empresário Antônio Ermirio de Moraes e o líder sindical Vicentinho.

A AEPET manteve contatos com os deputados Genebaldo Correia, líder do PMDB, e Maurílio Ferreira Lima, fazendo ver a importância da comissão também ouvir os trabalhadores da Petrobrás. Em consequência, o Deputado Maurílio Ferreira Lima, em mensagem ao nosso companheiro Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da AEPET, após reafirmar "a sua disposição de assegurar um debate contraditório, capaz de permitir a expressão de todas as correntes de opinião" convida a entidade a participar dos trabalhos, inclusive sugerindo outros nomes para prestar depoimento.

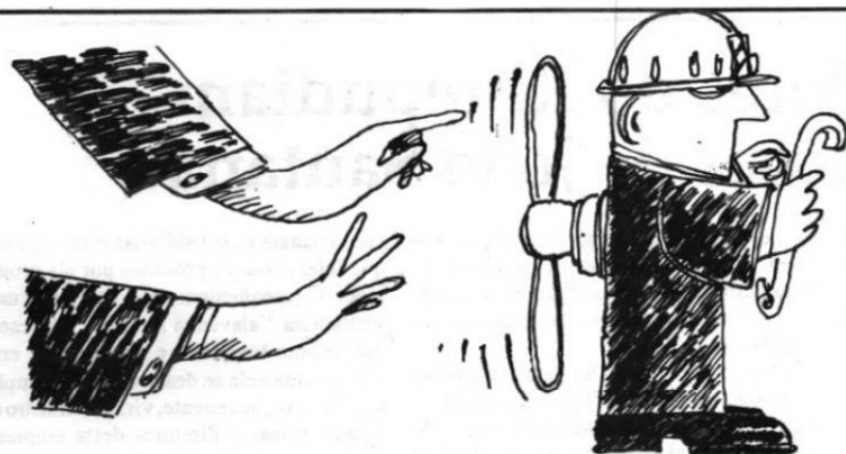
## Vereadores aprovam moção em defesa da Petrobrás

Por iniciativa do vereador Luciano Zica foi aprovada, na 65ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Campinas, moção em defesa da Petrobrás. Na referida moção o companheiro Luciano destaca a extraordinária contribuição da Petrobrás para o desenvolvimento nacional, assegurando o abastecimento, implantando as indústrias petroquímica e de fertilizantes, construindo a maior e melhor distribuidora de derivados do país, consolidando a indústria de bens de capital, desenvolvendo tecnologia de ponta, sobretudo na exploração off-shore em águas profundas. A moção destaca que tudo isto foi feito com recursos próprios, sem ajuda do Tesouro Nacional. Ao contrário, a Petrobrás recolhe anualmente aos cofres públicos bilhões de dólares.

O vereador Luciano Zica registra no documento o abandono pelo Presidente Collor de compromissos públicos assumidos durante a campanha, com a Petrobrás e os petroleiros, de defender o monopólio estatal do petróleo,



salários justos e preços reais para os produtos da Companhia. Ao finalizar, aquele vereador apela ao Presidente da República no sentido de que tenha "comportamento coerente com os compromissos assumidos". A pedido do companheiro Zica cópias da moção foram enviadas a todas as lideranças partidárias no Congresso Nacional, aos Sindipetros de São Paulo, à CUT, à Força Sindical, à AEPET, ao Ministro João Santana, ao Presidente do BNDES, Eduardo Modiano, e a numerosos órgãos da imprensa brasileira.



## Procuradoria Geral dá andamento à defesa da Petrobrás

O Subprocurador-Geral da República e Secretário de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos — Secodid — Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, adotou uma série de providências visando a dar andamento à Representação da AEPET, apoiada por mais de 50 entidades da sociedade civil e diversos parlamentares, que denuncia ao Ministério Público ilegalidades e irregularidades praticadas pelo governo contra a Petrobrás. Neste sentido, endereçou cópias da Representação ao Ministro Adhemar Paladini Ghisi, Presidente do Tribunal de Contas da União, e ao Dr. Renê de Oliveira Garcia Júnior, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, solicitando providências daqueles órgãos e pedindo que as mesmas

fossem comunicadas àquela Secretaria oportunamente.

Em outro ofício enviado ao Senador Mauro Benevides, Presidente do Congresso Nacional, o Secretário do Secodid pede cópia do relatório das conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou, no Congresso, a crise financeira da Petrobrás. O Dr. Álvaro Augusto também endereçou correspondência ao Ministro da Infra-Estrutura, João Santana, fixando o prazo de 15 dias para apresentação de respostas a um questionário que trata de aspectos relativos à crise da empresa e ao processo de liquidação da Interbrás. Não tendo o Ministro se manifestado, o pedido foi reiterado com o objetivo de "prevenir responsabilidades".

## Transparência na política de preços para os derivados

Por entender que a informação é um direito dos cidadãos e que os consumidores devem saber qual é a destinação dada aos recursos arrecadados com a venda de combustíveis e de outros derivados de petróleo a AEPET tem defendido a necessidade de transparência absoluta na política de preços daqueles produtos. Esta, aliás, foi uma das recomendações do Senador José Fogaça, relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou, no Congresso Nacional, as causas da crise financeira da Petrobrás: "o poder executivo deve, por ocasião dos reajustes nos preços dos derivados de petróleo, dar ampla divulgação às razões dos mesmos". Dentro desta linha, o Deputado Vladimir Palmeira (PT/RJ), atendendo a sugestões da AEPET, apresentou na Câmara dos Deputados projeto de lei neste sentido. Na sua justificativa o Deputado diz que existe uma desinformação do usuário de combustíveis quanto à estrutura de formação de preços de deriva-

dos de petróleo e de álcool carburante, conforme é noticiado pela própria imprensa nos momentos de alteração, bem como é escassa e insuficiente a informação fornecida pela autoridade competente. E, finalizando, afirma: "este projeto de lei tem como objetivo suprir a lacuna legal existente, responsabilizando o Poder Executivo, através da instituição responsável pela regulação do monopólio, e os detentores de concessão para prestação do respectivo serviço, pela divulgação dos fatos motivadores das alterações nos preços de comercialização dos combustíveis".

Também o Deputado Paulo Almeida (PTB/RJ) manifestou o desejo de apresentar projeto de lei com o mesmo objetivo, solicitando a colaboração da AEPET na elaboração do mesmo. Cumpre registrar que estamos providenciando uma minuta de projeto e vamos nos mobilizar em apoio àquelas iniciativas.

## Ex-liquidante da Interbrás causou prejuízo de US\$ 3,217 milhões

Em correspondência endereçada à diretoria da AEPET, o Senhor Pedro Braga Borges, chefe de gabinete do Ministro da Infra-Estrutura, encaminha carta do atual liquidante da Interbrás, Markus Mozes Katz, na qual fica patentado o prejuízo causado à empresa pelo ex-liquidante Wilson José Peroni. Na correspondência o Sr. Katz informa que "o acordo firmado pelo Sr. Peroni com a empresa Michael Warde, da Colômbia", foi "considerado lesivo aos interesses da Interbrás". Escalarece, ainda, terem sido contratados no Rio de Janeiro "os serviços advocatícios do escritório Gordilho e Pires para propor ação de responsabilidade civil, ora em curso na 4ª Vara Cível do Rio de Janeiro". Também foi contratado, em Bogotá, na Colômbia, "o advogado Carlos E. Vargas com o objetivo de tentar recuperar a quantia de US\$ 3,217,500.00".

Fica aqui a nossa indagação. Caso não se consiga reaver esta quantia quem responderá pelo prejuízo causado à Petrobrás e ao patrimônio público? Quem indicou e quem nomeou o Sr. Peroni?



## Homenagem a Euzébio Rocha

No último dia 6 de dezembro, nosso companheiro Euzébio Rocha, incansável defensor da Petrobrás, recebeu merecida e comqvente homenagem prestada pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. A festa foi realizada no auditório do Clube Homs, situado na Avenida Paulista. Por sua atuação na defesa do monopólio estatal do petróleo e pela ativa participação na concepção de uma legislação para a área nuclear, Euzébio Rocha foi agraciado com o Prêmio Personalidade da Tecnologia 1991 na área de energia. Este prêmio, criado em 1987, tem como objetivo distinguir personalidades que tenham contribuído de forma marcante para fortalecer e desenvolver a engenharia e a tecnologia nacionais.

## Vereadores do RJ repudiam declarações de João Santana

A sessão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, do último dia 5 de dezembro, foi marcada por violentos pronunciamentos de vários vereadores, que repudiaram com a maior energia as "petulantes declarações" do Ministro João Santana, ameaçando com demissão diretores da Petrobrás que se manifestarem em defesa da Constituição e do monopólio do petróleo nela assegurado. Ao ocupar a tribuna do legislativo municipal para dar conhecimento aos vereadores do enérgico telegrama enviado ao Ministro, o vereador Maurício Azedo (PDT) foi apartado por seus colegas Mário Dias (PDT), Eliomar Coelho (PT), Edson Santos (PCdoB), Ronaldo Gomlevsky (PMDB) e Adilson Pires (PT), todos unânimes na condenação das declarações do Ministro. Na mensagem enviada ao Sr. Santana o vereador Maurício Azedo afirma: "Vossa Excelência põe-se à margem da lei e da Constituição da República quando ameaça demitir diretores da Petrobrás que defenderem o monopólio estatal do petróleo. Atenha-se aos limites constitucionais, Senhor Ministro".

Em seu pronunciamento o vereador Maurício Azedo chamou a atenção de seus colegas "para as declarações insólitas feitas na Câmara dos Deputados pelo Ministro da Infra-Estrutura, um certo Sr. João Santana". Para ele, "esse Ministro é um marginal, é uma pessoa que no exercício do cargo público comete crime, porque faz apologia de fato criminoso: o desrespeito à lei e à Constituição". Lembrou que a Petrobrás é uma das maiores empresas do mundo, é a primeira empresa do país. Permite, ao longo dos seus trinta e oito anos de existência, que o Brasil chegasse a uma posição altamente favorável na produção de petróleo para o consumo próprio. Formou quadros técnicos admiráveis que fo-

ram capazes de criar uma tecnologia pioneira para a exploração de petróleo em águas profundas e é responsável por grandes economias de divisas ao longo de sua existência.

O vereador Mário Dias, em seu aparte, lembrou a campanha "O petróleo é nosso" e afirmou: "E, se disséssemos que o petróleo era nosso, af a bala comia. Aqui mesmo na Cinelândia, num comício, saíram três feridos à bala porque diziam que o petróleo era nosso. Em Santos, um operário foi assassinado em um comício porque dizia que o petróleo era nosso. Em Alagoas, no governo Arnon de Mello, pai desse senhor que ocupa hoje acidentalmente a Presidência da República, a polícia torturou um operário de tal maneira, que a sua esposa, na semana seguinte, foi visitá-lo e não o reconheceu tal o seu estado, só porque ele dizia que o petróleo era nosso. E, agora, aparece um João Satanás, hoje Ministro, para querer punir os diretores da Petrobrás. E mais adiante: "Passarei o telegrama ao Sr. João Satanás, dizendo que baixe em outro terreiro e não na Petrobrás porque ela é patrimônio do nosso povo".

O vereador Eliomar Coelho disse ser inaceitável que um país como o Brasil, que detém um patrimônio a nível de empresas estatais, de repente fique sujeito a uma política a ser implementada de total sucateamento dessas empresas, "cujo o objetivo é justificar através da inviabilidade orquestrada e patrocinada pelos homens do poder, a venda a preço de banana ou a entrega a preços de nada, para quem não tem o mínimo compromisso com a construção da grandeza do nosso país." Ressaltou, também, que a Petrobrás praticamente é responsável pelo recolhimento aos cofres públicos de uma considerável soma em virtude dos impostos que ela paga, assim

como pagam as subsidiárias e as empresas que lidam com os produtos por ela produzidos. Conseqüentemente a empresa é uma verdadeira "alavanca motora" do desenvolvimento brasileiro e da atividade econômica que nele se desenvolve. E completou: "Então, de repente, vir um Ministro de Estado ameaçar diretores desta empresa, que no seu mais legítimo dever de cidadãos e de sentimento patriótico pelo país venham a defender o monopólio do petróleo, de demissão, isso é um verdadeiro absurdo. As empresas estatais em nosso país são o resultado do esforço da classe trabalhadora, do suor da classe trabalhadora, às vezes até mesmo do sangue desta classe trabalhadora. Temos que fazer com que esta reação chegue aos ouvidos deste cidadão, embora eu tenha absoluta certeza de que estes ouvidos são totalmente insensíveis".

Em seu aparte o vereador Edson Santos destacou a necessidade dos vereadores responderem ao Ministro João Santana sob a forma de telegrama, telex e abaixo-assinado "contra a sua postura antidemocrática". Da mesma forma, o vereador Ronaldo Gomlevsky salientou que todos os parlamentares devem repudiar a proibição imposta pelo Ministro aos seus subordinados em relação ao monopólio. E na parte final, o vereador Adilson Pires disse que gostaria de se somar aos vereadores "que já usaram desse microfone para manifestar o seu repúdio a essa ação que revela a cara e a forma de um governo antidemocrático e que não tem nenhum tipo de compromisso com esse país".

Em correspondência à AEPET o vereador Maurício Azedo reafirma que está "à disposição dessa associação para outras iniciativas em defesa do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás."

## Petrobrás bate novo recorde mundial: instalação de dutos submarinos

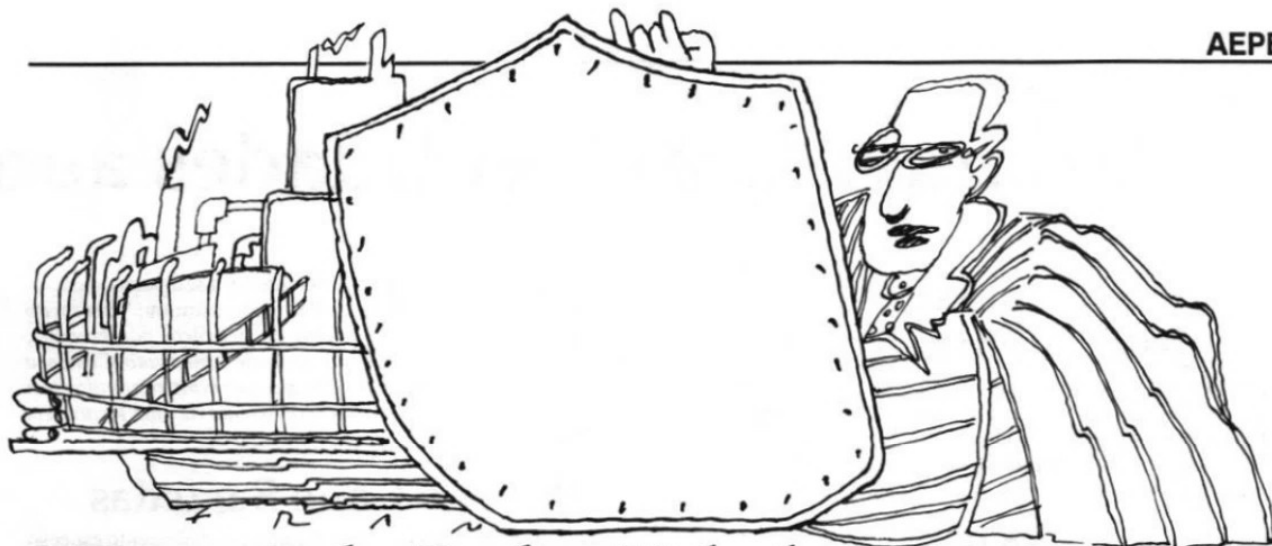
O Serviço de Engenharia (SEGEN) da Petrobrás marcou, com mais um recorde mundial, sua nova campanha de lançamento de dutos submarinos rígidos em águas profundas. Através do Grupo de Instalações de Produção (GEINP) o SEGEN lançou, com sucesso, um duto rígido submarino de oito polegadas de diâmetro, meia polegada de espessura e 19 quilômetros de extensão. O gasoduto lançado interligará o Sistema Piloto de Marlim e seus poços satélites ao gasoduto de Albacora-



Garoupa, na Bacia de Campos.

O assentamento deste gasoduto, em lâmina d'água de 620 metros, ao superar os 603 metros alcançados no lançamento, pela SAIPEM, em 1979, do duto que liga a Argélia à Sicília, constitui um novo recorde mundial batido pela Petrobrás.

Para o êxito da operação o SEGEN contou com a participação fundamental do Departamento de Produção (DEPRO) que desenvolveu a filosofia do lançamento.



## Deputado Pedro Valadares apresenta emenda em defesa do monopólio

Considerada a ameaça do Emendão, que pretende revogar o monopólio estatal do petróleo, o Deputado Pedro Valadares (PST/SE) apresentou emenda supressiva com o objetivo de preservar aquela conquista da nação brasileira. Na sua justificativa o Deputado afirma ser "incontestável que o setor petrolífero marca sua participação na economia nacional com um enorme sucesso, alta qualidade nos serviços e total garantia no abastecimento de combustíveis. Alterar essa situação de orgulho nacional é apostar no incerto e ceder espaço aos interesses internacionais".

Além desta emenda aquele parlamentar fez um corajoso pronunciamento na Câmara dos Deputados, no último dia 11 de dezembro, onde faz uma defesa ardente da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo. Ele lembrou que "o grito de 'O petróleo é nosso' ecoou pelo país todo, na boca dos jovens, dos mais velhos, dos políticos sintonizados com o povo, das lideranças sociais". Disse que o Brasil está preocupado com a generalização proposta pelo Governo, que vem ameaçando o patrimônio

nacional e investindo contra aquilo que representa o símbolo da luta do povo brasileiro: a Petrobrás. E afirmou: "A Petrobrás é intocável".

Segundo o Deputado a criação da Petrobrás, em 1953, depois de um rico e amplo debate nas ruas e no Congresso Nacional, "se inscreve como um fato irreversível e definitivo, que nada nem ninguém tem o direito de destruir". Evocou, na ocasião, a figura do jornalista e empresário sergipano Orlando Dantas, que lutou pela criação da Petrobrás quando Sergipe ainda não tinha descoberto petróleo em sua bacia sedimentar. Destacou que a Petrobrás tem sido, ao longo de sua existência, uma empresa modelo, que tem dado ao país a convicção de uma produção cada vez maior, com uma pesquisa aplicada e uma tecnologia singular. E, finalizando seu pronunciamento, reiterou: "A Emenda que tive a honra de subscrever resgata o compromisso histórico para com a luta do povo em favor do petróleo, que significa a luta em favor da soberania nacional".

Os posicionamentos do Deputado Pedro Valadares tiveram ampla repercussão

no Estado de Sergipe, tendo a Gazeta de Sergipe publicado no dia seguinte ao discurso do parlamentar um grande editorial intitulado "A defesa do monopólio", onde é lembrado que se não existisse a Petrobrás a situação brasileira seria muito difícil pela dependência que o país teria de ter aos produtores de petróleo. Salienta que o Brasil é um exemplo de que nenhum país do mundo pode planejar seu desenvolvimento se não tem parte do petróleo que precisará consumir para mover indústrias, máquinas, carros, e outros. Segundo é dito no editorial, "o Deputado Pedrinho Valadares tem todas as razões e motivações para defender o monopólio estatal do petróleo e a sobrevivência da Petrobrás como empresa estatal. Finalmente na conclusão do texto é afirmado que a defesa do monopólio e a intocabilidade da Petrobrás são assuntos de grande relevância que o Deputado sergipano defende, através de uma emenda representativa, em síntese, de uma luta travada nas ruas de todo o Brasil, levando em uma só voz o grito de "O petróleo é nosso".

## Ernesto Gradella quer informações sobre a situação financeira da Petrobrás

O Deputado Ernesto Gradella (PT/SP) endereçou recentemente aos ministros da Infra-Estrutura, João Santana, e da Economia, Márcio Marques Moreira, dois requerimentos nos quais solicita informações sobre a situação financeira da Petrobrás. O parlamentar deseja saber por quanto a empresa

vem importando petróleo e a que valor vem sendo remunerada pelo petróleo nacional nos últimos três anos. Solicita também aos ministros detalhes sobre o subsídio concedido à nafta petroquímica e qual a origem dos recursos para atender a tais subsídios. Pede, ainda, informações sobre que setores a Petrobrás pre-

tende para sub-contratação, se estão compreendidos no monopólio, quais as dívidas governamentais com a empresa, porque não vêm sendo pagas, quantos são e quais as localizações dos poços que teriam sido abandonados pela Petrobrás de acordo com recentes declarações do Ministro João Santana à imprensa.

# Parlamentares e entidades apoia

## Deputado José Thomás Nono

Em correspondência dirigida ao nosso companheiro aposentado da Petrobrás Esdras Suruagy, Nono (PMDB/AL) posiciona-se de forma clara em defesa do monopólio afirmando "eu já estou do seu lado, apoiando os que querem preservar o monopólio da Petrobrás. Esta postura consta do programa do PMDB".

## ABI

Ao aprovar, por unanimidade, a divulgação de uma nota contrária ao Emendão diversos jornalistas integrantes do Conselho Administrativo da ABI pronunciaram-se em defesa do monopólio, dentre eles Barbosa Lima Sobrinho, Raymundo Faoro, Domar Campos, Clóvis Ramallete e Mário Martins. Para Raymundo Faoro "o Emendão é uma agressão à soberania brasileira". Segundo Domar Campos, "o Emendão visa atender às exigências de delegados do FMI, objetivando a liberalização do capital estrangeiro, já extremamente liberado". O conselheiro Clóvis Ramallete destacou o contraste existente entre os êxitos reais da Petrobrás e a propaganda contra a empresa. De acordo com Mário Martins, Presidente do Conselho, as projetadas alterações na Constituição representam uma capitulação ao poder econômico, constituindo sujeição intolerável, que dá motivo à profunda inquietação.

## Deputada Jandira Feghali

A Deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ), em pronunciamento na Câmara dos Deputados, afirmou que no caso dos funcionários da Petrobrás existe a preocupação de um movimento em defesa da empresa estatal. Segundo ela, a Petrobrás "por um ataque nefasto passa por uma tentativa irresponsável de sucateamento, por parte do Governo, de seu parque industrial e instalações". A Deputada destacou que, estatal padrão em nosso país, ela alcançou, durante anos de luta, uma posição de destaque no cenário mundial na exploração e no refino de petróleo, conseguindo neste período, desde sua fundação, trilhar o caminho da auto-suficiência, com destacado nível de desenvolvimento tecnológico, deixando clara a qualidade de sua mão-de-obra.

## Senador Nelson Carneiro

O Senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ), em correspondência endereçada ao nosso companheiro Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicações da AEPET, lembrou que a entidade pode contar com seu apoio ao movimento em defesa do monopólio estatal do petróleo.

## Senador Humberto Lucena

O Senador Humberto Lucena (PMDB/PB), líder do partido no Senado, em pronunciamento no programa "A voz do Brasil", lembrou que faz parte do programa do partido a defesa do monopólio. Em telegrama enviado à diretoria da AEPET ele diz que a bancada do partido é fiel ao seu programa, que votará contra qualquer medida no sentido da redução do monopólio. Por sua importância, estamos publicando na íntegra.

## Senador Josaphat Marinho

Em discurso no Senado Federal, Josaphat Marinho (PFL/BA), eminente homem público e uma das maiores autoridades em

direito constitucional no Brasil, coerente com seu passado nacionalista e defensor intransigente da Petrobrás, afirmou: "a respeito de mudanças no monopólio estatal do petróleo, por exemplo, anteciparia que em nenhuma hipótese terão o meu voto. Com meu voto não se extinguirá o monopólio que tão bons resultados tem trazido ao país, inclusive no desenvolvimento de uma tecnologia de primeira qualidade".

## Prefeito Célio Sarzedas

No dia do 38º aniversário da Petrobrás, no suplemento especial do jornal O Debate, de Macaé, dedicado a esta comemoração, o Prefeito Célio Sarzedas, de Casimiro de Abreu, divulgou mensagem em defesa do monopólio, congratulando-se com os 38 anos de eficiência e sucesso da empresa. No manifesto ele lembrou que, como município integrante da Zona de Produção Principal, Casimiro de Abreu deseja à Petrobrás "a continuidade dos êxitos obtidos na Bacia de Campos, em busca da auto-suficiência do País até o final deste século".

## Deputado Arthur da Távola

O Deputado do PSDB do Rio de Janeiro, Arthur da Távola, transformou sua coluna no jornal O Dia em uma importante trincheira na defesa da Petrobrás e do monopólio. Em 1º de novembro último, publicou o artigo "A Petrobrás é Nossa" o qual, pela importância das colocações, estamos publicando na íntegra.

## Confederação das Mulheres do Brasil/Federação das Mulheres Paulistas

Em documento intitulado "Viva a Petrobrás, viva Euzébio Rocha", divulgado por ocasião do lançamento do livro "Petrobrás: esse patrimônio é nosso", do eminente advogado e ex-deputado federal, representantes da Confederação das Mulheres do Brasil e da Federação das Mulheres Paulistas lembraram que a Petrobrás resulta do amor de todos os brasileiros pela pátria. Por isso, a defesa do patrimônio nacional assume, hoje, grande importância, sendo que o povo brasileiro terá todas as condições de vencer essa luta, rechaçando o entreguismo e retomando o desenvolvimento econômico soberano, única alternativa de um futuro digno para os brasileiros. E destacaram: "a luta por essa conquista tomou as ruas das principais cidades do País e a presença das mulheres foi marcante. Alice Tibiriçá, a primeira presidente e fundadora da Federação das Mulheres do Brasil, foi incansável e seu compromisso conquistou a participação da família brasileira".

## Deputado Aldo Rebelo

Durante discurso na Câmara Federal o Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP) fez violentas críticas ao Ministro João Santana, repudiando as declarações do mesmo no jornal O Estado de São Paulo, no qual o Ministro ataca o monopólio do petróleo e ameaça demitir diretores da Petrobrás que sejam favoráveis a sua manutenção. O Deputado afirmou que "o monopólio é estabelecido pela Constituição e o Ministro se apresenta como um fora da lei, como um violador da Constituição, ao ameaçar de demissão diretores da Petrobrás que se neguem a cumprir uma orientação absolutamente ilegal e inconstitucional". E mais adiante: "co-ncheci há muito tempo o Ministro João Santana. Foi uma dessas

# m luta em defesa do monopólio

*figuras marginais da vida política do País. Jamais disputou uma eleição. Aliás, equívoco-me, disputou uma, sendo derrotado para escolha da diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pois essa figura sinistra, esse verdadeiro energúmeno, se ergue da prepotência do cargo de que dispõe para cometer um verdadeiro acinte à nação brasileira, aos que lutaram para que tivéssemos o monopólio não apenas na prática mas estabelecido e renovado pela vontade dos constituintes de 1988. Aqui, perguntaria, como o célebre estadista: quantas divisões tem o Papa? Quantos votos, mandatário de quem é o Sr. João Santana para propagar a quebra do monopólio estatal do petróleo? De quem é mandatário o Sr. João Santana, senão da Esso, da Shell, da Texaco, para cometer tamanho impropério contra a soberania do País. Se o Presidente da República ainda deseja preservar o que lhe resta, se é que resta alguma condição de governabilidade, não pode fazer permanecer em seu Governo um Ministro que afronta a Constituição e se apresenta como um fora da lei”.*

## Deputado Ernesto Gradella

Segundo o Deputado Ernesto Gradella (PT/SP) “a Petrobrás está na mira do famigerado emendão”. A empresa enfrenta, conforme denúncia da AEPET, acompanhada de farta documentação, o processo de esvaziamento econômico, levado a cabo em três frentes: os subsídios à nafta petroquímica, as quantias astronômicas que o Governo e seus órgãos devem à Petrobrás e os enormes prejuízos decorrentes do descumprimento das leis que disciplinam a política de preços para os derivados. E afirmou: “o governo Collor se prepara para seguir seus ataques ao patrimônio público e aos trabalhadores sob as ordens de seu amo, o FMI. Este caminho de entrega e miséria tem que ser barrado por todos os partidos que representam os trabalhadores. Vamos nos unir nesta Casa para impedir estas aberrações”.

## Senador Lavoisier Maia

O Senador Lavoisier Maia (PDT-RN) endereçou mensagem à AEPET onde reafirma seu “desejo de lutar pela manutenção do monopólio do petróleo em nosso país. As nossas riquezas são propriedade exclusiva do povo brasileiro”.

## Deputado Prisco Viana

Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, o Deputado Prisco Viana (PDS/BA) disse que durante 21 anos vem acompanhando o desenvolvimento “dessa admirável empresa” e sua destinação estratégica no contexto do desenvolvimento nacional. Para ele, a Petrobrás justificou plenamente sua criação, bem como o monopólio do petróleo, assegurado pela Constituição, exercido sobre a exploração petrolífera. O Deputado afirmou que a empresa é um símbolo do Brasil e da nação brasileira e permitiu, nesses 38 anos, que vivêssemos sem um único racionamento sequer, enquanto em outros países ele foi necessário para enfrentar as várias crises decorrentes da complexidade da economia mundial. O Deputado Prisco Viana destacou que “o Brasil é grande demais para se permitir a aventura de um Estado diminuto”, sendo fundamental, portanto, não exagerar na adesão ao modismo mundial da privatização. Ainda sobre este assunto lembrou que uma sociedade como a nossa, com acentuada disparidade na distribuição real da renda, não pode “se dar à aventura de mudar drasticamente o papel do Estado e, no caso, o sentido do monopólio conferido à Petrobrás”.

01/435  
XDF76306 0111 1335 SCTM/DF (R05)  
BRASÍLIA/DF  
TELEGRAMA  
AEPET  
DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENG. DA  
PETROBRÁS  
RUA SENADOR DANTAS 75 SALAS 1801/2  
RIO DE JANEIRO/RJ  
20031  
REMETENTE: LIDERANÇA DO PMDB - SENADO  
FEDERAL  
RESPOSTA OFÍCIO DATADO 28 OUTUBRO ÚLTIMO,  
INFORMO BANCADA PMDB SENADO É FIEL AO SEU  
PROGRAMA PARTIDÁRIO E VOTARÁ CONTRA REDUÇÃO  
MONOPÓLIO ESTATAL. CORDIALMENTE SENADOR  
HUMBERTO LUCENA LIDER PMDB  
REMETENTE  
T613452  
ASSINANTE TELEX

## ARTHUR DA TÁVOLA

# A Petrobrás é nossa



Vejam se adivinham quem afirmou o que se segue: A Petrobrás não é apenas um patrimônio nacional que precisa

ser preservado a todo custo. É, acima de tudo, a executora do monopólio constitucional da produção de petróleo, que deve ser defendido pelo povo e pelo governo brasileiro. Para que possa cumprir a sua missão constitucional, necessita de independência de gestão e do poder de autogestão dos recursos que gera.

**MONOPÓLIO** — Na minha visão de governo, ela deve continuar se modernizando, para atingir o máximo de sua capacitação tecnológica necessária para desenvolver os programas de produção e exploração em águas profundas, com a participação da iniciativa privada, lado a lado com a iniciativa estatal, cujo monopólio no setor do petróleo é intocável, nos termos da Constituição Federal.

**ESTATAIS** — Os meus compromissos em relação ao setor público estão claramente definidos no discurso de homologação da minha candidatura, pronun-

ciado no dia 12 de julho de 1989: “Asseguro que serei extremamente rigoroso na defesa do patrimônio público, sobretudo das estatais brasileiras. Sob meu comando, aquelas que são produtivas e mantêm rentabilidade compatível com o sentido de modernidade e eficiência que vamos imprimir à administração serão livres para a gerência eficiente dos seus atos, para fixar salários a preço de mercado e definir sua própria política de investimentos.”

Se ainda não adivinharam, ajudo-os. São palavras de um documento elaborado e distribuído pelo então candidato Fernando Collor à Presidência da República. Tenho-o em mãos. Muito bem impresso, intitula-se: Compromissos Públicos de Fernando Collor com a Petrobrás.

Passa o tempo, Fernando Collor, eleito presidente, parece distante do que prometeu por escrito, em documento oficial. É só ler seu emendão constitucional, que já começa a mexer na Petrobrás.

Só que, aqui, ele encontrará pela frente resistência muito mais forte que a ocorrida no caso da Usiminas.

# As Forças e as Armas

Nesses tempos difíceis em que navega nosso país, numa mistura de paz-guerra que se disfarça pela sucessão de eventos que preenchem os espaços da mídia e onde um certo ar de desesperança perpassa a consciência coletiva do povo, convém recordar os ensinamentos de Clausewitz sobre a defesa do estado nacional, sobre a defesa de um país que pretenda ser soberano. A chave estaria, segundo a ótica do início do século passado, na firmeza da trindade povo, governo, forças armadas.

As Forças Armadas do país são, diria o profeta do óbvio, forças que o país armou, naturalmente para sua própria defesa. Desmantelá-las, quebrar a espinha dorsal de suas tradições, não seria inteligente, pois significaria desarmar o país, deixá-lo ainda mais a mercê dos movimentos e pressões internacionais que, sem precisarem chegar ao recurso da guerra, como ela é comumente entendida, com seu gosto e cheiro de sangue, obtêm o resultado final de se apropriarem dos recursos e da cultura nacional do Brasil sem o morticínio explícito que as redes de televisão poderiam levar a todas as partes do globo, sendo isso capaz de criar uma certa repulsa, ou vergonha, ou reação ética alhures, geralmente nos que acreditam que o interesse das nações possa ser contido por alguma ética e pelos valores morais dos santos e dos homens de bem, dos que pregam o entendimento da humanidade com igualdade de oportunidades e livre acesso às riquezas do mundo. Naquele início de século XIX as forças armadas eram, praticamente, as únicas instituições nacionais, no sentido que damos atualmente a este termo. Hoje, no nosso país, temos já outras instituições que poderiam ser juntadas às forças armadas na composição da nova trindade que proponho para a defesa da Pátria, a saber: povo, governo, instituições nacionais. Aí, na componente instituições nacionais, podemos agregar, junto com as forças armadas, o Itamarati, o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Caixa Econômica, o ramo brasileiro da Igreja Católica, as demais igrejas que têm crescido ultimamente para dar um pouco de esperança ao povo, a OAB, a ABL, os sindicatos livres, o Clube de Engenharia, os Clubes Militares e mais algumas outras instituições, cuja inclusão nesse componente da trindade que proponho será função do maior ou menor desenvolvimento político e compreensão das dificuldades nacionais por parte de cada uma delas.

Essas instituições, e as forças armadas em particular, têm criado, ao longo do

tempo, certo tipo do comportamento e de instrumentos para sua auto-defesa, como se fossem armas mesmo, de uso também para a defesa da Pátria, eficazes porque mergulhadas no azeite da vontade, passado isso de geração a geração pelo amor de seus componentes individuais à instituição e pelas decisões de seu dia-a-dia, que constroem o conjunto de hábitos que são suas tradições. É evidente que se um dos componentes da trindade puder ser corroído, emasculado, fica fácil manter o país indefeso; o tripé não se aguentaria sem "ajuda" externa. Daí porque há ataques constantes às instituições nacionais, tanto às civis quanto às militares.

Tratarei agora do que acontece com nossas forças armadas. Elas estão sob insano ataque dos que não compreendem bem o que está em jogo. Lamenta perceber que a mídia que as ataca não abre com gentileza e cavalheirismo igual espaço para sua defesa, ficando a opinião pública apenas com a visão do ataque. Consola perceber que já estejam sendo socorridas pelos de mente mais lúcida e serena, até por adversários no passado, mas que entendem serem talvez, porque são as guardiãs das armas da nação, o último raminho para nos segurarmos na beira do abismo em que está sendo metido nosso país, pela má administração das nossas perplexidades, pela entrega de espaços e de soberania do Estado aos países dominantes do planeta, que nos dizem o que fazer em cada caso. Qual é a moeda brasileira? Quando os meninos de rua serão tirados das ruas para o convívio social, não para o cemitério? Com quais recursos ou disponibilidades nacionais iremos acessar as riquezas de nossa Amazônia, para o desfrute dos brasileiros e brasileiras, porque não? Idem, quanto aos recursos do mar, quando? Quando poderemos liberar parcelas relevantes do PIB para investimento perseverante em pesquisa científica e tecnológica? Qual o projeto de Brasil que leve em conta os óbices ou dificuldades que as nações de maior poder oferecem contra nós? Qual a hipótese de guerra, a possibilidade que justifica termos forças armadas, onde se apoie todo o planejamento nacional voltado justamente para evitá-la, sem que seja preciso ceder sempre, e sempre, como único modo pacífico de se evitar a guerra? Quais instituições serão chamadas para a defesa final da Pátria? Ou será que a Pátria não está sob ameaça, como pensam os sonhadores e colaboradores do interesse dos países hegemônicos, congelador do status quo e do diferencial riqueza-pobreza que nos aflige? Reco-

nheço que são muitas perguntas para o leitor refletir; no entanto estou certo que elas estão presentes no dia-a-dia dos homens de bom senso que se recusam a perder a esperança. Como minorar a fome do povo?

As forças armadas, por certo, também estão sofrendo com tudo isso, sofrem mais ainda com esses ataques dos que colaboram na manobra geral de tentar enfraquecê-las, de embotar suas armas. Entretanto, elas têm armas que são imunes a esses ataques, pois são armas feitas de despreço pelo próprio bem-estar, de aceitação de sacrifícios até o fim, de buscar reservas infinitas na honra e na crença de que o Brasil é mais importante, de que o povo brasileiro é mais importante, de que o cidadão-indivíduo é o mais importante; não o cidadão-massa, trabalhado pelos que se vendem contra o país. O importante é o cidadão-indivíduo e chefe de família, liberto da condição de cidadão-massa, um cidadão-indivíduo do povo que sempre estará com suas forças armadas, pois ele é, também, uma das armas das forças, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, como o auto-sacrifício, o amor pelo Brasil e o sentimento de honra o são. Não percamos a esperança. Não tenhamos medo do futuro. Estejamos preparados para dias piores, até que consigamos responder às perguntas dessas reflexões sobre a nação, o governo e o estado brasileiro, os quais não devem ser confundidos. Afinal, para que serve um Estado se não houver Nação? Em algum ponto do processo político interno, reflexo das pressões externas em boa dose, será preciso estender uma ponte democrática ou comitê emergencial para a transição. Ela só será eficaz se feita de credibilidade, esperança e trabalho. O povo que fale o que quer. Afinal, junto com as forças armadas (as demais instituições nacionais também) e o governo, ele é componente clausewitziano indispensável para a defesa da Pátria, com suas armas e as armas das forças da Nação. No novo Brasil, onde a esperança esteja ressuscitada, devemos perdoar esses detratores das instituições nacionais; possivelmente eles não saibam o mal que causaram, como não sabem o bem que causam, ao obrigar-nos a essas reflexões que levam às palavras-chave credibilidade, esperança e trabalho, num quadro nacional onde estão também presentes as forças armadas e as armas das forças.

Em 5.11.91

Sérgio Porto da Luz

Oficial de Marinha, 48 anos, especialista em Política e Estratégia Brasileiras

# Frente Parlamentar Nacionalista lança manifesto à nação

A Frente Parlamentar Nacionalista escolheu o dia 3 de outubro último, quando se comemorou o 38º aniversário da Petrobrás e do monopólio estatal do petróleo, para lançar um manifesto à Nação assinado por 140 parlamentares filiados ao PFL, PMDB, PSDB, PDT, PSB, PCdoB, PT, PDC e PTB. Na ocasião, o Senador Antônio Mariz (PMDB/PB) fez um importante pronunciamento na tribuna do Senado de apoio à Petrobrás e ao monopólio, sendo apoiado por vários parlamentares que se solidarizaram com a causa da Empresa. É bom lembrar que o manifesto foi lançado nesta data justamente por ela coincidir com o aniversário da Petrobrás. Como lembrou o Senador, a Petrobrás encabeça a relação das maiores empresas brasileiras e teve um faturamento bruto, em 1990, de 11 bilhões e 400 milhões de dólares, sendo, assim, a maior das primeiras 500 empresas do País. No primeiro semestre de 1991, alcançou lucro líquido de 888 milhões de dólares.

**"Vossa Excelência, Senador Antônio Mariz, me encontrará ao seu lado na defesa do patrimônio do povo brasileiro. Serei o seu cabo. Quero estar na sua coluna na defesa desse grande empreendimento brasileiro que é a Petrobrás".**  
Senador Epitácio Cafeteira (PDC/MA)

O Senador Antônio Mariz destacou, também, que a Petrobrás desenvolveu uma tecnologia própria, alcançou um alto grau de sofisticação em sua capacidade operacional e detém conhecimentos próprios na pesquisa de lavra de petróleo em águas profundas. Além disso, bateu o recorde mundial nessa área com o Poço Marlim VI, a 752 metros de profundidade na plataforma marítima e detectou petróleo a 1.560 metros de profundidade.

**"Não foi sem luta, sem sacrifício que se estabeleceu o monopólio do petróleo. A memória nacional guarda os episódios mais marcantes desta luta. A tentativa, do Emendão, de revogar o monopólio caracteriza o despudor do governo, eu diria mesmo, o cinismo do governo."**  
Senador Antônio Mariz (PMDB/PB)

Para ele, a empresa realizou seu objetivo e sempre esteve à altura das perspectivas criadas em 1953. Salientou que a memória brasileira guarda os episódios mais marcantes da luta pelo estabelecimento do

monopólio: a mobilização popular, a participação estudantil, a contribuição sindical, a presença combativa da imprensa, a luta que distinguiu alguns nomes notáveis do jornalismo brasileiro, como Rafael Correia de Oliveira, em sua coluna do então Diário de Notícias do Rio de Janeiro.

**"Recordo-me, com muita nitidez, dos movimentos estudantis de que participei, quando esta luta estava sendo travada. Na minha opinião a Petrobrás é intocável porque representa a soberania brasileira".**

Senador Divaldo Suruagy (PMDB/AL)

Em seu aparte, o senador Divaldo Suruagy (PMDB/AL) recordou-se dos movimentos estudantis de que participou, quando a luta pelo monopólio estava sendo travada em nível nacional. Presidente de diretório da universidade, diretor da União Estadual de Estudantes de Alagoas, viveu de perto e acompanhou toda a batalha nacionalista que culminou com a criação da Petrobrás. De acordo com Divaldo Suruagy, empresa que, sozinha, viabilizou toda a produção de petróleo no Brasil porque, até então, segundo todas as empresas internacionais que mandavam seus pesquisadores perfurarem o subsolo brasileiro, não existia petróleo no País. Na opinião do Senador, a Petrobrás é intocável porque representa a soberania brasileira, tendo comprovado a existência de petróleo no Brasil. É completa que, se fôssemos depender das multinacionais, das sete irmãs, não teríamos um barril de petróleo produzido em território brasileiro.

**"O movimento e o sentimento nacionalistas estão associados à própria condição de brasilidade, de valorização do nosso país, de crença no nosso futuro. A Petrobrás representou, representa e haverá sempre de representar uma razão de orgulho para um país tantas vezes amesquinhado aqui dentro e, o que é pior, lá fora também".**

Senador Esperidião Amim (PDS/SC)

O Senador Esperidião Amim destacou, em seu aparte, o movimento e o sentimento nacionalistas, lembrando que todo este sentimento de brasilidade está ligado ao nacionalismo historicamente consolidado em nosso país. Frisou os números fornecidos pela área de engenharia da Petrobrás, "reveladores da extraordinária capacidade

técnica, a nível mundial, que a nossa gente, sob o uniforme da Petrobrás, tem alcançado".

O Senador Antônio Mariz afirmou que, mesmo considerando-se todo o êxito da empresa, que revelou ao Brasil reservas potenciais de 9 bilhões de barris de petróleo e reservas confirmadas de 2,8 bilhões de barris, a Petrobrás é, atualmente, objeto da ira governamental. Lembrou o anteprojeto da reforma constitucional, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Governo, contendo emenda que retira do Estado o monopólio e abre a exploração do petróleo às concessões à empresa privada nacional e internacional.

**"A Petrobrás exprime esta luta, esta vontade de afirmação nacional. É um símbolo vivo das esperanças brasileiras de autonomia econômica, de afirmação da sua soberania entre as nações".**

Senador Antonio Mariz

Em seu aparte, o Senador Humberto Lucena (PMDB/PB) lembrou a campanha que culminou com a implantação do monopólio estatal do petróleo no Brasil. Falou, neste sentido, da participação do ex-Senador e ex-Deputado Drault Ernani. Salientou que sua redução representa um primeiro passo para, futuramente, se tentar reformar outro dispositivo constitucional, para possibilitar também a privatização da Petrobrás.

**"Creio que se há uma empresa estatal vitoriosa neste país é a Petrobrás. O programa do nosso partido é taxativo quanto à intocabilidade do monopólio estatal do petróleo".**

Senador Humberto Lucena (PMDB/PB)

O Senador Ney Maranhão (PRN/PE) destacou que a prospecção do petróleo tem que ser intocável, pois é patrimônio do povo brasileiro e, por unanimidade, não deve ser modificado pelo Congresso Nacional.

**"A Petrobrás é um orgulho, é a comprovação da capacidade da tecnologia de ponta dos técnicos nacionais. Concordo inteiramente no que concerne à intocabilidade da Petrobrás".**

Senador Ney Maranhão (PRN/PE)

# O fracasso do liberalismo no mundo

As populações de países de diferentes partes do mundo não se impressionam mais com expressões como "O liberalismo aumenta a produtividade e beneficia o consumidor" e "A solução é a privatização". Afinal, o crescimento dos índices de inflação e desemprego, mesmo nos países desenvolvidos, está aí para provar que nem sempre a privatização aumenta a eficiência da economia. O aumento da pobreza e o caos na economia em países como Inglaterra, Estados Unidos, Argentina, sem esquecer do Brasil, demonstram o fracasso do liberalismo no mundo. Segundo matéria do Jornal do Brasil, de 23 de novembro último, apesar das promessas do Ministro da Fazenda da Grã-Bretanha, Norman Lamont, de que a recessão está acabando, a economia ainda não conseguiu dar demonstrações seguras de recuperação. O Produto Interno Bruto (PIB), no último trimestre, apresentou ligeiro crescimento, de 0,3%, mas mesmo assim em virtude do extraordinário aumento da produção petrolífera no Mar do Norte (14%). Também não houve alteração nos setores industrial e de serviços, enquanto na construção civil e na agricultura a retração se acentuou. Os números revelados serviram para acabar com qualquer esperança de que os negócios melhorassem a curto prazo, após um ano de recessão.

Para os trabalhadores, a situação é ainda mais dramática. Existem hoje, de acordo com as estatísticas oficiais, 2,5 milhões de desempregados, o equivalente a 8,7% da força de trabalho do país. Os sindicatos, porém, avaliam que esse número é maior, chegando a quase 3 milhões. De qualquer maneira, os números são altíssimos e cresceram bastante nos últimos 12 meses. Há um ano, a taxa de desemprego estava em 6%. Pelo menos cem mil pessoas estão inadimplentes e não têm perspectiva imediata de voltarem a pagar as prestações, um problema social com conseqüências eleitorais devastadoras. Toda esta precária situação econômica alimenta as possibilidades nas urnas da oposição trabalhista que, conforme as pesquisas de opinião, lidera as preferências dos britânicos.

No governo Menem a Argentina sofreu grandes mudanças mas a vida dos argentinos continua a mesma e o problema da sobrevivência preocupa bastante. A hiperinflação, que atingiu os anos de mandato do ex-Presidente Alfonsín, já faz parte também da experiência da nova administração e continua representando uma ameaça. Já a privatização da empresa telefônica Entel e da empresa de aviação Aerolíneas Argentinas, apresentada como paradigma de sua política, aparecem como um bom exemplo de como não se deve fazer uma privatização. No caso da Aerolíneas, o contrato de transferência da empresa para um consórcio encabeçado pela espanhola Ibérica foi assinado em novembro do ano



passado, mas continua sendo negociado e até hoje os compradores não completaram o pagamento que deveria ter sido feito à vista. No caso da Entel vieram à tona irregularidades na liquidação da empresa estatal, atribuídas à sua última interventora Maria Júlia Alsogaray. Isto sem esquecer que os usuários de telefones queixam-se que a única mudança com a privatização da empresa se notou nas contas que chegam no fim do mês.

O duro ajuste da economia tem significado recessão, perda de valor aquisitivo dos salários e desemprego. E, até agora, não tem rendido maiores frutos. No setor externo, as medidas do governo não conseguiram ainda atrair investimentos do exterior e nem a cooperação dos credores internacionais para conceder vantagens à Argentina em termos de dívida externa. No setor interno, as previsões são bem pouco favoráveis ao Presidente Menem.

Quanto à economia norte-americana situou-se abaixo de 1% no ano passado, comparativamente a 1989, apresentando recessão no segundo semestre. Houve, também, aumento das taxas de inflação e de desemprego e forte desvalorização do dólar frente às demais moedas, além do agravamento do déficit público. De acordo com a publicação Comex, na edição de janeiro de 91, o Índice de Expectativa de Consumo, que em novembro já havia apresentado forte declínio, atingindo 61,7, caiu para 61,3 em dezembro/90. Esta alteração de comportamento está diretamente ligada aos números do desemprego que, em novembro, alcançaram 5,9%. Neste mesmo mês, o desemprego entre homens casados subiu de 3,5% para 3,8%, enquanto que, entre as mulheres também casadas, variou de 3,9% para 4,1%. Segundo dados preliminares, o total de emprego no setor industrial caiu de 19,55 milhões em janeiro de 89 para 18,72 milhões em novembro de 90, queda de

4,2%. No mês de dezembro, a produção industrial declinou 1,7%, a maior queda desde janeiro de 82, quando o país se encontrava em forte recessão. Outros dados também comprovam o fracasso do liberalismo e seus reflexos na economia norte-americana: os bens de consumo e materiais de construção registraram queda de 2%, enquanto os bens duráveis caíram 2,5%.

No Brasil a situação não é diferente. De acordo com dados do Ministério do Trabalho, são feitos 250 mil pedidos mensais de seguro-desemprego e está sendo formado um verdadeiro exército de desempregados — 1,58 milhão segundo números de 1990 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De janeiro a outubro de 1991, a taxa média de desemprego em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, ficou em 4,93%, resultado recorde dos últimos cinco anos, considerado o mesmo período. Em 1990, a taxa de janeiro a outubro já havia subido 4,32%, contra os 3,8% de 1986, 3,4% (1987), 3,9% (1988) e 3,2% (1989). Em outubro de 91 eram 783,3 mil desocupados nas seis regiões. Também neste mês o quadro se agravou na área industrial, já que o saldo entre admissões e demissões em São Paulo foi negativo em 11 mil empregados. No comércio os números também são assustadores. Até outubro de 91 as empresas do município do Rio homologaram 17.242 demissões no Ministério do Trabalho, enquanto, em todo o ano de 1990, este volume alcançou 10.984. Para a indústria e para a construção pesada a perspectiva é de agravamento da crise. Em 91, ao contrário de 90, o setor da construção de estradas, portos, aeroportos e barragens — que em 89 somava 1 milhão de empregados chegou a demitir mão-de-obra qualificada (engenheiros e operadores de máquinas).

## Casa própria - um sonho da Era Thatcher chega ao fim Prestação sobe e milhares são despejados

**M**atéria publicada pelo Jornal do Brasil, em 28-12-91, assinada pelo seu correspondente londrino, Franklin Martins, revela, de forma dramática, o que parece ser irremediável fracasso de mais um dos componentes da política liberal da ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher. O sonho da casa própria, que tomou conta da Grã Bretanha durante os 11 anos da era Thatcher, está-se transformando em pesadelo. Somente em 1991, 80 mil famílias já foram despejadas por não poderem pagar as prestações. Este número é duas vezes maior do que o de 1990 e vinte vezes superior à média da década de 80. O problema, além das implicações econômicas e sociais, pode ter consequências políticas desastrosas para o Partido Conservador, atualmente no poder.

O jornalista explica que os adquirentes das casas vêm sendo despejados por não poderem pagar as prestações em consequência

“da recessão, do desemprego e da contenção dos salários, que diminuíram bastante o poder aquisitivo dos ingleses”. Por outro lado “os juros das prestações das hipotecas pularam de 9,5% ao ano, em 1988, para 15,4% ao ano, em 1990, como fruto da política anti-inflacionária do Governo”.

E, mais adiante, complementando sua extensa matéria: “para muitos novos proprietários começou o pesadelo. Os atrasos se multiplicam e o número de inadimplências cresceu vertiginosamente. Está se formando uma respeitável legião de ex-proprietários enfurecidos com o Partido Conservador. Na hora de disputar os votos será mais um fardo para o Primeiro Ministro John Major carregar, mostrando como é pesada a herança que ele recebeu de Thatcher”.

## Bush e seu menor índice de popularidade

**A** popularidade do Presidente dos Estados Unidos, George Bush, vem caindo rapidamente segundo às últimas pesquisas divulgadas no final de novembro e chegou ao nível mais baixo desde sua posse em janeiro de 1989. A do jornal The New York Times, com a rede de TV CBS, deu uma aprovação de 51%, uma queda de 10 pontos em 30 dias, enquanto uma outra, do jornal Los Angeles Times, registrava 53% de popularidade, menos 12 pontos do que há dois meses. Apenas 27% dos americanos aprovam a maneira como Bush vem conduzindo a economia na versão do New York Times. Neste último caso, 87% dos pesquisados consideraram a economia instável e 26% disseram que pretendem gastar menos dinheiro nos próximos três anos. Por fim, 85% acham que o país está em recessão. A pesquisa do L.A. Times mostrou um preocupante crescimento no índice de desaprovação do Presidente, que já chegou a 21%.

Da mesma forma, o índice de Confiança do Consumidor, um dos principais termômetros da economia, caiu para 50,6% este mês, inferior à pior taxa registrada na recessão de 1982. Como a relutância do consumidor em gastar é o maior entrave à recuperação econômica, o índice revela que o fim da recessão ainda continua distante, ao contrário do que insistem as autoridades governamentais. O declínio do índice vem seguindo uma trajetória ainda mais acentuada do que a queda da popularidade de Bush. De 80% em março, o índice despencou para 72,9% em setembro e 60,1% em outubro.

## Adolpho Canitrot condena dolarização

**O** economista Adolpho Canitrot, um dos criadores do Plano Austral disse, em novembro último, ao participar do IX Congresso Brasileiro de Economistas, no Anhembi, em São Paulo, que a Argentina tende a caminhar para um novo descontrole de preços. Ele acredita que a estabilização econômica de seu país é sustentada pelo expediente artificial do congelamento do câmbio. Sua previsão é de que, nos próximos meses, se não houver financiamento externo, a Argentina voltará ao ciclo da inflação alta. O economista classificou de “política suicida” a forma de o atual Ministro da Economia, Domingo Cavallo, obter dólares do exterior. Isto consiste na abertura das reservas petrolíferas do país para a iniciativa privada. A privatização das estatais argentinas, que segue em ritmo acelerado, não está capitalizando o país, “pois elas são muito deficitárias e não valem nada”.



## A situação artificial da Venezuela

**A** Venezuela enfrentou, no final de novembro último, uma onda de protestos contra o plano de estabilização implementado pelo Governo de Carlos Andrés Pérez. O próprio Presidente reconheceu que as medidas adotadas provocaram um achatamento salarial e prejudicaram especialmente os setores menos favorecidos. Houve uma queda do nível de vida, principalmente da classe média e dos setores populares. Mas para ele, esta medida era a única solução viável, pois o país vivia num processo econômico artificial em que tudo era subsidiado pelo petróleo. Assim, ao eliminar os subsídios, aumentar assustadoramente as tarifas públicas e iniciar um processo de privatizações, a inflação apareceu. Contudo, dentro do processo de privatização venezuelano foi sustentada a tese de que as empresas estratégicas deveriam continuar sendo propriedade do Estado. Isto porque são a base, a matriz, a garantia da trajetória de desenvolvimento.

## Europeus e a forte intervenção do Estado

**S**egundo a pesquisa do Times Mirror, os europeus — com exceção dos alemães ocidentais e, no leste do Continente, dos tchecos — rejeitam a prioridade americana de que cada um deve perseguir seus objetivos na vida sem interferência estatal. Por isso, preferem a idéia de um Estado intervencionista que garanta o bem estar das populações. Assim, os princípios socialistas do Estado providenciário são tão acalentados na Europa Ocidental que até a Grã-Bretanha, após anos da política conservadora de Margaret Thatcher, não romperia com eles. Os húngaros, por sua vez, desconfiam dos empresários privados que estão assumindo propriedades que já foram do Estado. Neste sentido, os europeus do leste querem confiar a assistência social dos cidadãos ao Estado, já que crêem nos seus sucessos e conquistas como determinados por forças fora de seus controles. Não é a toa que pesquisas demonstram uma maior preocupação dos europeus, de Leste ou Oeste, com o bem estar social.



## Brios Nacionais

Luiz Magalhães Melo

Salvo em uma única ocasião em defesa do Congresso Nacional, objeto de ataques veementes do então deputado Leonel Brizola, não me lembro de ter criticado, em outro momento a sua ação pública ou suas idéias.

Quando da estapafúrdia e inusitada renúncia do sr. Jânio Quadros, a atitude que assumiu, na época, o governador do Rio Grande do Sul, favorável à posse do vice-presidente João Goulart, seu cunhado, pareceu-me legítima, pois que se tratava de cumprir um mandamento constitucional, do qual emergia um direito líquido e certo. E as razões de conveniência ou ideologia não chegaram a convencer o atual governante do Estado do Rio de Janeiro. Por essas e outras, amargou, anos depois, um longo exílio, demonstrando hoje mais comedimento e experiência da vida. Eu e muitos colegas da Câmara dos Deputados, naqueles dias turbulentos, encontrávamos mais autenticidade nas colocações político-ideológicas do sr. Leonel Brizola do que no presidente João Goulart, igualmente deposto pelo movimento militar de 1964.

Todos sabiam que o atual dirigente do PDT tivera uma infância e juventude sofridas, ao passo que o sr. João Goulart fora sempre um estancieiro próspero e que sua ascensão ao poder ocorrera graças à amizade pessoal que já mantinha com o presidente Getúlio Vargas, ambos fazendeiros em São Borja.

Agora, engaja-se o governador do Estado do Rio de Janeiro, corajosamente, na formação de uma opinião pública válida e patriótica, contrária à privatização da Usiminas e Petrobrás, empresas ligadas à produção do aço e do petróleo, bens públicos considerados fatores reais do poder e da soberania nacional.

Só os fracos de memória desconhecem, ou fingem desconhecer as energias humanas, os sacrifícios e riscos que várias gerações de brasileiros enfrentaram para que fossem criadas as duas empresas que agora querem entregar à cobiça estrangeira pelas "mãos de tecnocratas sem maiores credenciais". Descjam malbaratar, na verdade, um patrimônio material e moral valiosíssimo, em troca de ações cujo valor suja as mãos de quantos brasileiros pretendam entrar neste ne-

gócio vilante, do qual as gerações futuras haverão de se envergonhar.

Quando o governo entregou a conhecidas empresas de petróleo estrangeiras vasta extensão territorial para o fim de fazer prospecção, através dos chamados contratos de risco, tais corporações, como se sabe, não extraíram uma gota do ouro negro. Ao mesmo tempo as perfurações realizadas pela Petrobrás eram, em sua maioria, positivas, aumentando significativamente os seus níveis de produção diários.

Houve um tempo que participar da campanha "O Petróleo é Nosso" dava ficha de comunista no SNI e, às vezes, cadeia para muita gente que não era senão nacionalista no melhor sentido da palavra.

Homens públicos de expressão intelectual como Agamenon Magalhães, Gabriel Passos, Monteiro Lobato, Odilon Braga, Horta Barbosa, Hermes Lima, Domingos Velasco, Mozar Lago, Euzébio Rocha, Jarbas Maranhão, Leônidas Cardoso, Pelopidas Silveira e Antônio Bezerra Baltar, entre outros, travaram uma batalha sem trégua durante anos para verem vitoriosos os interesses do Brasil com relação ao petróleo. Ao presidente Vargas coube a iniciativa da mensagem enviada ao Congresso Nacional criando, afinal, a Petrobrás. Hoje poucos têm coragem de lutar por essas grandes conquistas como dr. Barbosa Lima Sobrinho e o Governador Leonel Brizola. Este último indaga recentemente, revoltado com o que se passa com a Usiminas e a Petrobrás: "O que, afinal, pretendem fazer com este país? Por que não derrubam logo as estátuas de todos os que construíram o pouco que o Brasil possui? Será mesmo que já não existe mais orgulho nacional?"

Tem razão o intimorato governante. Só faltam mesmo "erigir logo um grandioso monumento a Calabar..."

O autor foi Deputado Estadual e Federal em várias legislaturas, Subprocurador dos Feitos da Fazenda, Procurador-Geral do TC pernambucano, lecionou Economia na UNB, Secretário de Interior e Justiça, diplomado pela ESG; é membro efetivo da Academia Pernambucana de Letras.

## LUÍS NASSIF

### O poço de João Santana

Há muito tempo o ministro da Infra-estrutura, João Santana, tornou-se a prova mais acabada da falta de critério de atuação do atual governo. Saltou do nada para um cargo relevante — a Secretaria da Administração —, trocou a lealdade à equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello pelo cargo de ministro da Infra-estrutura, e exerceu de fato a direção do INSS. Em nenhum momento conseguiu completar um trabalho ou dar continuidade a um programa. Limitou-se a cunhar frases, a criar situações capazes de gerar manchetes de jornal, não obras de governo.

#### O desastre

Como secretário de Administração, iniciou uma degola linear de funcionários públicos, sem dispor de base legal e sem ter definido previamente um desenho de Estado, ou uma filosofia de ação. Eliminou repartições, sem ao menos contar com um levantamento de suas atribuições; suspendeu programas importantes, desarticulou serviços essenciais e jamais rascunhou uma proposta de plano de carreira para o funcionalismo. Bastava o slogan dos 350 mil funcionários demitidos.

Nem isto conseguiu. No final de sua gestão, tinha-se um Estado com quase o mesmo número de funcionários, e consideravelmente menos eficiente.

#### A "tchurma"

Ao mesmo tempo em que tomava medidas tóxicas de moralização, recebia salários de uma empresa privada, combatia o uso do carro oficial, e andava de carro alugado e motorista, a um custo incompatível com seu salário; condenava o empreguismo, humilhava pais de família com suas generalizações acerca da falta de seriedade do serviço público, e admitia como secretária a

própria namorada. Enquanto colegas como Antônio Kandir e Ibrahim Éris mergulhavam num trabalho sério, maduro, muitas vezes equivocado, mas sempre responsável, Santana limitava-se a cunhar lides (aberturas) para as manchetes jornalísticas, a namorar e a enaltecer um sentimento de grupo mais adequado às "tchurmas". Faltava apenas cumprimentar com mão espalmada e conversar em código.

#### Candidato de Alagoas

Na Previdência, apropriou-se de trabalhos em andamento, apresentando-os como de sua iniciativa. Na Infra-estrutura tem adotado atitudes no mínimo dúbias em relação à mais saborosa concorrência da República — a da telefonia móvel —, fecha os olhos a denúncias sobre contratos nebulosos, como aquele assinado pela Telesp com um banco privado; e anunciou como feito extraordinário um acordo de compra de petróleo do Irã, com contrapartida comercial, que tem de tudo para beneficiar grupos privados, e penalizar o país.

Não é à toa que representantes do grupo de Alagoas têm enaltecido seu potencial político.

#### Disparate geológico

Seu último disparate foi anunciar que bastará o fim do monopólio do petróleo para que se tenham famílias brasileiras tirando petróleo do fundo do quintal, como acontece no Texas. Faltou apenas esclarecer que, além do fim do monopólio, será necessário providenciar-se um decreto divino alterando as condições geológicas do país.

É um desrespeito flagrante à inteligência do leitor. Mas o que é um mero detalhe geológico, perto do prazer infundável de ganhar mais uma manchete de jornal?